

CORREIO POLÍTICO

Paulo Pinto/Agência Brasil



Alckmin fecha-se em copas sobre seu futuro

Discreto, Alckmin traça o seu destino

Um dos aspectos que mais encanta o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Geraldo Alckmin, seu vice, é a sua discrição. Na avaliação de Lula, Alckmin nunca fala mais do que devia. O auxilia mantendo sempre o seu jeitão discreto de paulista do interior, de “Pinda”, como chama sua cidade, Pindamonhangaba. Alckmin fechou-se em copas. Mesmo as pessoas próximas dele afirmam que não sabem o que ele irá fazer. Mas há outra característica de Alckmin que encanta Lula: a sua lealdade. O presidente comenta que não esperava que um antigo adversário pudesse se tornar aliado tão fiel. Somando, assim, as duas características, quem conhece Alckmin aposta que ele será mesmo candidato a senador em São Paulo.

Definição não demora

A candidatura de Alckmin ao Senado é o desejo de Lula. Quem conhece Alckmin considera que seria muito difícil ele ficar na vice-presidência contrariando o presidente. De qualquer modo, a definição agora não irá demorar muito. O prazo de desincompatibilização termina no dia 4 de abril. Se Alckmin não deixar o governo, não poderá mais concorrer senão ao mesmo cargo de vice-presidente. Se ficar, é porque acertou isso com Lula.

Paulo Pinto/Agência Brasil



Além de Lula, conversa também envolve Haddad

Conversa envolve também Haddad

De qualquer modo, a conversa agora “subiu ao andar de cima”: é entre Alckmin e Lula. Mas envolve também o ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad, que será o candidato ao governo de São Paulo. Haddad foi para a disputa meio no sacrifício. Não era o que ele queria. Então, sua vontade no sentido de montar a chapa mais competitiva será levada em conta. Haddad chegou a declarar na sexta-feira (20) que seria “natural” que Alckmin permanecesse como vice de Lula. Mas Lula disse, porém, que Alckmin o ajudaria mais saindo para o Senado.

Alckmin nada disse sobre o Senado

E a decisão também respeitaria a vontade de Alckmin: o que ele não queria era disputar o governo de novo. Ele nada disse em nenhum momento quanto ao Senado. Voltar a um governo onde já esteve duas vezes poderia parecer um passo para trás. Mas não o Senado, destino de vários ex-presidentes: Juscelino Kubistschek, José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco...

POR
RUDOLFO LAGO

Pesquisa

Na pesquisa do Datafolha, no cenário onde Alckmin é testado como candidato, ele ficou ligeiramente à frente de Haddad. No cenário com Haddad, o ex-ministro tinha 30%. No cenário com Alckmin, ele fica com 31%. Na verdade, curiosamente num estado onde o favorito é de oposição, os nomes do governo vão bem.

Simone e Marina

A ministra do Planejamento, Simone Tebet (que deixou o MDB e ingressou no PSB), aparece com 25%. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), com 21%. O ministro do Empreendedorismo, Márcio França (PSB), com 20%. E Guilherme Boulos (Psol), da Secretaria-Geral da Presidência, com 15%.

Derrite e Salles

Somente depois é que vêm os primeiros nomes ligados à oposição, os deputados Guilherme Derrite (PP) e Ricardo Salles (PL), ambos com 13%. É mais um dado a apontar o provável destino de Alckmin: parece haver uma chance real de o governo conseguir eleger os dois senadores pelo estado de São Paulo.

Outra chapa

Há uma outra cogitação sendo feita. Márcio França poderia sair também a governador, oferecendo a Lula dois palanques em São Paulo. No caso, ele faria uma campanha mais agressiva, preservando Haddad de ataques mais frontais ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Depois, no segundo turno, apoiaria Haddad.

Como ficaria?

O problema, nesse caso, é fazer a composição das duas chapas. Porque, então, Alckmin e Simone seriam candidatos na chapa de Márcio França, e não na de Haddad. Uma vez que Alckmin já é filiado ao PSB, mesmo partido de França, e o PSB também tornou-se o novo destino partidário de Simone Tebet.

“Aberta”

Lula foi claro o tanto que pôde. Disse que a vaga de vice está “aberta”. Mas disse que é Alckmin que vai decidir o que fazer. Quem conhece Alckmin afirma que muito dificilmente ele correria o risco de ficar quatro anos como vice contrariando a vontade do presidente. E quem conhece Lula também duvida.



TSE julga federação dos partidos de Rueda e Boulos

Caso Master dita o tom da semana em Brasília

Parlamentares aguardam depoimento de Martha Graeff

Por Beatriz Matos

A semana que começa nesta segunda-feira (23) será marcada por uma forte movimentação política e institucional em Brasília, com desdobramentos diretos do caso Banco Master influenciando diferentes frentes no Congresso Nacional. A expectativa se concentra principalmente na reunião da CPMI do INSS, marcada para as 16h, que pode inaugurar uma nova fase das investigações com o depoimento da influenciadora e empresária Martha Graeff, ex-namorada do banqueiro Daniel Vercaro.

A oitiva foi aprovada na última sessão do colegiado e é vista como estratégica. Segundo o presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), a expectativa é que ela contribua para esclarecer eventuais conexões entre Vercaro, agentes públicos e o sistema financeiro. Nos bastidores, parlamentares avaliam que o depoimento pode abrir novas linhas de apuração e ampliar o alcance político do caso.

O impacto do caso Master já extrapolou a CPMI do INSS e passou a influenciar outras frentes no Congresso. A CPI do Crime Organizado, que se reúne na quarta-feira (25), às 9h, também colocou o tema no centro das apurações e deve ouvir, no mesmo dia, o ex-governador de Mato Grosso José Pedro Taques e também Martha Graeff.

Na terça-feira (24), às 14h, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados analisa a proposta que trata do fim da escala 6x1. A PEC 8/2025, de autoria da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), propõe a redução da jornada semanal para até 36 horas, com modelo de quatro dias de trabalho e três de descanso, sem redução salarial.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apoia a medida e já sinalizou que pode enviar um projeto próprio com urgência constitucional caso a tramitação não avance até o fim de abril. A estratégia foi confirmada pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, e prevê pontos como jornada de cinco dias de trabalho, redução da carga horária e manutenção dos salários.

No meio da semana, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julga, na quarta-feira (26), às 10h, o pedido de registro da federação entre União Brasil e Progressistas. A aliança, liderada por Antônio Rueda (União) e o senador Ciro Nogueira (PP-PI), pode formar a maior bancada da Câmara e uma das principais forças políticas do país.

Apesar do potencial de fortalecimento, o grupo enfrenta disputas internas e divergências regionais, especialmente com foco nas eleições de 2026. A decisão do TSE será determinante para consolidar o arranjo político.